



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura Fátima Maria de Lima Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos Ana Margarete Gomes da Silva Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida Maikon Geovane Oliveira Vila Nova Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	280

FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO

Marcos Aurelio Zanlorenzi

Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral
Matinhos – Paraná

Neusa Maria Tauscheck

Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral
Matinhos – Paraná

RESUMO: Diante do autoritarismo inerente às reformas educacionais promovidas unilateralmente pelos governos neoliberais, que envolvem a estrutura e os objetivos da Educação Básica, é fundamental que nós, educadoras e educadores, nos posicionemos criticamente a fim de resistirmos a esses desmandos, que têm como objetivo não apenas mercantilizar a educação pública, mas também dividir os estudantes entre aqueles que terão acesso a um ensino propedêutico, elitizado e aqueles que terão acesso a um ensino técnico, voltado apenas à formação de mão de obra para o mercado de trabalho. É nesse sentido de análise e crítica que, com este texto, temos a intenção de apresentar o Projeto Político Curricular do curso de Licenciatura em Geografia (PPC) da Universidade Federal do Paraná – Litoral, como uma alternativa contra-hegemônica às reformas educacionais em curso no país, bem como nossas práticas sobre o planejamento e encaminhamentos do módulo Fundamentos e Estruturas das Educações. Acreditamos que a

especificidade desse módulo pode contribuir em aspectos como: a) a formação de um educador geográfico que compreenda as políticas públicas enquanto territórios a serem disputados; b) o exercício da pesquisa em educação, como forma de olhar o Território da Escola dentro das suas contradições. Assim, no módulo em questão existe a possibilidade de construirmos uma proposta de estudos e pesquisas que façam com que os educandos vejam a Escola e o Ensino de Geografia como desafios a serem enfrentados em tempos de discursos e políticas públicas na Educação que criminalizam práticas docentes voltadas para ações de criticidade, de análise de conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de educadores. Currículo. Ensino de Geografia. Políticas Públicas.

ABSTRACT: Given the authoritarianism inherent in the educational reforms promoted unilaterally by the neoliberal governments that involve the structure and objectives of basic education, it is fundamental that we, educators and teachers are critically positioned in order to we resist these dismantling, which aim not only to commercialize public education, but also to divide students among those who will have access to a propedeutical, elitised teaching and those who will have access to technical education, focused solely on Labour market training. It is

in this sense of analysis and criticism that, with this text, we intend to present the political curriculum project of the undergraduate course in Geography (PPC) of the Universidade Federal do Paraná-Litoral, as an alternative hegemonic to the reforms Education in the country, as well as our practices on the planning and referrals of the foundations and structures of educations module. We believe that the specificity of this module can contribute to aspects such as: a) The formation of a geographic educator who understands public policies as territories to be disputed; b) The exercise of research in education, as a way of looking at the territory of the school within its contradictions. Thus, in the module in question there is the possibility of constructing a proposal for studies and research that will make the students see the school and the teaching of geography as challenges to be faced in times of discourses and public policies in education that criminalize teaching practices aimed at actions of criticality, analysis of conjuncture.

KEYWORDS: Training of educators. Resume. Geography teaching. Public policies

1 | INTRODUÇÃO

A partir de 2003 o Ministério da Educação (MEC) iniciou o processo de desenvolvimento e implementação de uma série de políticas públicas, por meio de um macroprograma educacional, que tinha a finalidade de dar cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96) e atender aos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Dentre os diversos subprogramas ligados a esse programa maior destacamos aqueles relativos à expansão da educação superior pública, em especial o Programa EXPANDIR (Programa de Expansão da Educação Superior Pública SESu/MEC), que teve seu desenvolvimento no período de 2003 a 2006 e o Programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais) que teve sua implementação entre 2007 e 2012. Cabe destacar que algumas ações do Programa EXPANDIR estenderam-se até 2010, desse modo ações deste programa foram realizadas concomitantemente às ações do REUNI.

É nesse contexto que se insere a Universidade Federal do Paraná que, a partir de um olhar retrospectivo para a sua constituição, percebe a necessidade de consolidar seu compromisso com a sociedade paranaense, por meio da ampliação de suas ações de desenvolvimento sustentável em regiões historicamente esquecidas pelo poder público. Assim,

A gênese da UFPR Litoral provém do Planejamento Estratégico da Gestão 2002/2006 realizado de dezembro de 2001 a abril de 2002, no período que vai da eleição à posse da nova reitoria. A atuação no Litoral do Estado do Paraná, assim como no Vale do Ribeira e na Região Metropolitana de Curitiba foi destacada como um desafio para os anos seguintes. (UFPR LITORAL, 2008a, p. 03)

Ciente de que a criação de uma universidade comprometida com uma lógica societária de desenvolvimento regional sustentável, significa a implementação de uma dinâmica de formação acadêmica voltada para as demandas da materialidade da vida dos sujeitos, do local onde ela está inserida e compreendendo a importância da escola pública enquanto *lócus* no qual essas demandas ressoam e entram em contradição com a sociedade capitalista, a UFPR Litoral fez uma opção radical pela relação cotidiana com a escola pública, a partir do tripé ensino-extensão-pesquisa.

Para tanto foi fundamental a implantação, a partir de 2008, de diferentes cursos de licenciatura que, numa perspectiva não colonizadora dos espaços e expressões culturais locais, contribuíssem para uma mudança no paradigma educacional local.

É nesse contexto que foi construído o curso de Licenciatura em Geografia, a partir de 2014, com a finalidade de pensar outras maneiras de fazer educação, de forma a atender as históricas demandas dos sete municípios litorâneos e do Vale do Ribeira Paranaense.

Na medida em que se insere no PPP da UFPR Litoral, o Curso de Licenciatura em Geografia também busca materializar sua proposta a partir da articulação de três grandes fases:

1- conhecer e compreender; 2- compreender e propor e, 3- propor e agir. Essas fases temporais são desenvolvidas dentro de três grandes módulos que dialeticamente se constituem e organizam todos os cursos. O primeiro módulo é constituído por Projetos de Aprendizagem, o segundo formado pelas Interações Culturais e Humanísticas e o terceiro módulo organizado pelos Fundamentos Teórico-práticos. (UFPR LITORAL, 2008, p. 07).

Neste texto, contudo, vamos nos ater apenas ao terceiro espaço pedagógico, denominado “Fundamentos Teórico-práticos”, em especial ao módulo denominado “Funcionamentos e Estruturas das Educações”. Importa observar que encontramos o uso da expressão “Fundamentos Teórico-práticos” associado a termos como: “módulo” [no PPP – Setor Litoral] e “eixo pedagógico” [no PPC – Licenciatura em Geografia]. Contudo, nós optamos em associá-lo à expressão “espaço pedagógico”, por acreditarmos que o mesmo não se fecha nele mesmo. Como constructo curricular o termo “espaço” associado ao caráter pedagógico possibilita que o licenciando experimente a construção dos conhecimentos de forma dinâmica e transformadora. O uso da expressão “espaço pedagógico”, portanto, busca dar a dimensão de uma construção formativa dentro de contextos que não se limitem a algo pontual e estático.

Da mesma forma, a utilização do termo “módulo” no lugar de “disciplina” não é meramente semântica. Trata-se da busca por uma mudança de fato nas práticas pedagógicas. Enquanto a disciplina se constitui como um elemento a ser trabalhado por si e em si, o módulo se constitui como um elemento que somente tem sentido se for articulado com os demais módulos do semestre, formando um conjunto de saberes harmônicos e coerentes.

Feitas essas observações, vejamos como este módulo foi trabalhado, no sentido de buscar cumprir com os objetivos do curso, quais sejam:

O curso tem por objetivo geral formar o licenciado em geografia com autonomia intelectual, consciência política, pensamento crítico e criativo voltado à justiça social que tenha como princípios de atuação o respeito às diferenças, a solidariedade, o senso crítico, as propostas populares de transformação social, os diálogos de saberes, a superação das formas de opressão, a fim de que possa investigar, pensar e propor processos educativos sobre fenômenos territorialmente relevantes na perspectiva do bem viver.

Constituem-se em objetivos específicos do curso o trabalho coletivo, comunitário e colaborativo que serão fundamentais para os processos de ensino e aprendizagem de conhecimentos e práxis geográficos, fundados nos princípios da educação popular. (UFPR LITORAL, 2016, p. 13).

Vejamos, portanto, de que forma o curso de Licenciatura em Geografia, coloca em prática o seu PPC, a fim de cumprir esses objetivos.

2 I PALAVRASMUNDO COMO ARTICULADORAS DE PROCESSOS FORMATIVOS

Constituídos basicamente por elementos de natureza teórica, prática, metodológica, ontológica e epistemológica, específicos da Licenciatura em Geografia, os Fundamentos Teórico-práticos (FTPs) têm como objetivo proporcionar aos educandos os conhecimentos e os domínios técnicos específicos requeridos ao futuro egresso, definidos nas Diretrizes Nacionais para a formação na área.

Esses elementos foram articulados em Palavrasmundo – termo emprestado de Freire (1989) por meio do qual nos lembra que a leitura da palavra jamais deve significar ruptura com a leitura do mundo – que têm como função sintetizar os conhecimentos fundamentais que devem ser trabalhados ao longo dos anos e que subsidiarão leituras do/no mundo, bem como organizarão semestralmente as ações nos FTPs, ICHs e PAs. Dessa forma, cada semestre é organizado em torno das mesmas, por meio de objetivos a serem atingidos por todos os módulos de FTP do semestre. Segue, abaixo, o quadro geral das palavrasmundo do segundo ano, bem como os objetivos e os módulos do 3º semestre, dentre os quais está o denominado “Funcionamentos e Estruturas das Educações”, objeto deste texto.

PALAVRAMUNDO DO 2º ANO: Semear conhecimentos; Compreensão do sistema mundo; Formação espacial brasileira; a diáspora africana; o território brasileiro na contemporaneidade; reflexões epistemológicas e ontológicas sobre a educação básica e a geografia
OBJETIVOS DO 3º SEMESTRE - Fase: Conhecer e Compreender: Semear conhecimentos; Ampliar escalas analíticas para a compreensão do sistema mundo, elaborar mapas e outros produtos cartográficos para fins de análise geográfica e comunicação, juntamente com outras linguagens; Compreender a formação espacial brasileira na relação com os povos originários, negros escravizados e populações tradicionais; Compreender as questões agrárias e urbanas e os conflitos por terras e territórios; Conhecer e compreender as estruturas e o funcionamento da educação básica em sua diversidade nas cidades e nos campos; Elaborar etnografias das escolas e do ensino de geografia
A compreensão do sistema mundo I: Formação espacial brasileira: povos originários, colonização, negros escravizados e populações tradicionais
O território brasileiro na contemporaneidade: os conflitos por terras e territórios nas cidades e nos campos, a questão ambiental e as sustentabilidades.
Fundamentos e Estruturas das Educações.

Imagem: PPC do curso de Licenciatura em Geografia – página 28.

Dessa forma procura-se orquestrar processos de ensino e aprendizagem coesos e que dialoguem entre si, transformando o trabalho nos/com os mesmos em um movimento orgânico. Segue abaixo a denominada “Ficha 1”, na qual temos a ementa, bem como os demais dados do módulo em foco.

Ficha 1 (permanente)						
Módulo: Fundamentos e estruturas das educações					Código: SLGEO009	
Natureza: (x) Obrigatória () Optativa			(x) Semestral () Anual () Modular			
Pré-requisito: -		Co-requisito: -		Modalidade: (x) Presencial() Totalmente EaD() % EaD*		
CH Total: 105 CH semanal: 7	Padrão (PD): 60	Laboratório (LB): 0	Campo (CP): 45	Estágio (ES): 0	Orientada (OR): 0	Prática Específica (PE): 0
EMENTA (Unidade Didática)						
As estruturas e os funcionamentos da educação básica em sua diversidade nas cidades e nos campos; Análise de conjuntura e política educacional em diferentes escalas; Elaborar etnografias das escolas e do ensino de geografia.						

Imagem: PPC do curso de Licenciatura em Geografia – página 58.

3 I A ASSEMBLEIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Muito tem se falado em formação para a cidadania e para a emancipação. Contudo, particularmente em relação à cidadania, partilhamos do entendimento de Paulo Freire, quando afirma:

Às vezes penso que se fala em cidadania como se fosse um conceito, muito abstrato, com certa força mágica, como se, quando a palavra cidadania fosse pronunciada, automaticamente todos a ganhassem. Ou como se fosse um presente que políticos e educadores dessem ao povo. Não é isso. É preciso deixar claro que a cidadania é uma produção, uma criação política. (FREIRE, 2004).

Ora, é a teoria liberal que funda a ideia de cidadania, entendida enquanto o usufruto individual dos direitos garantidos e o cumprimento dos deveres que nesta

condição lhe são atribuídos. Ou seja, essa concepção de cidadania nada mais é que uma concessão de alguns direitos reivindicados pelas classes subalternizadas, desde que isso não coloque em risco a ordem burguesa. Trata-se da famosa política de “entregar os anéis para não perder os dedos”.

Nessa concepção, portanto, a formação para a cidadania está diretamente relacionada ao ensino de conteúdos que explicitem os direitos, mas especialmente os deveres dos cidadãos. Ao contrário entendemos a cidadania na perspectiva da “cidadania do sentimento” (MARONI, 2006), ou seja, como uma construção íntima, na medida em que é a partir de nós, do que sentimos, que construímos o “ser cidadão”. Nessa perspectiva, os interesses públicos e políticos derivavam dessa construção íntima, subjetiva, mas sempre pautada pela alteridade, ou seja, sempre em relação ao outro.

É por isso que entendemos que uma formação para a cidadania e para a emancipação não pode se converter apenas em conteúdo, mas principalmente deve considerar práticas e atitudes políticas. É nesse sentido que uma de nossas opções metodológicas é a assembleia em sala de aula.

A assembleia não permite erradicar o conflito e as tensões no interior de um grupo, mas permite que os participantes exponham seus pontos de vista e possam escutar os de outros, o que implica em uma apropriação da palavra, bem como a capacidade de “fazer ouvir sua voz”; embora isso possa parecer um fato simples, em contextos onde a palavra de alguns é silenciada pelas decisões de outros, é de vital importância promover espaços de diálogo onde as decisões possam ser o produto da voz coletiva. (BERRÍOS et al. 2015, p. 09, tradução nossa).

Dessa forma, entendemos a assembleia como sendo uma estratégia pedagógica fundamental de prática de formação política em processos que impliquem a construção do conhecimento que envolvam conteúdos fundados na realidade, bem como no desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo.

Foi nessa perspectiva que iniciamos o trabalho do módulo “Fundamentos e Estruturas das Educações”. A partir das palavras-mundo do 2º ano, dos objetivos do 3º semestre e da ementa do módulo, o coletivo, em assembleia, elencou cinco palavras-chave que tinham como finalidade a elaboração dos objetivos específicos do módulo, bem como as possibilidades metodológicas e avaliativas para os mesmos. As palavras-chave selecionadas foram: Etnografia; Campo; Política Educacional; Diversidade; e Ensino de Geografia.

Elencadas as palavras-chave, no sentido de dinamizar e oportunizar ainda mais a multiplicidade de vozes, foi realizado um painel integrado – metodologia ativa por meio da qual o educando é o personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizagem, pois incentiva-o a aprender de maneira autônoma e participativa – formado por cinco grupos (um para cada palavra-chave), no qual cada grupo ficou responsável por construir um objetivo específico a partir da sua palavra-chave. Na sequência, os grupos foram reorganizados de tal forma que cada um contemplasse

participantes de todas as palavras chaves, que deveriam relatar as discussões de seus grupos de origem, a fim de reestruturarem os objetivos específicos, agora para todas as palavras-chave. Os objetivos elencados pelos grupos foram, então, sistematizados dando origem aos seguintes objetivos específicos:

01. Pesquisar nas LDB, nas DCN's, nos PCN's, no PNE e demais leis e Políticas Educacionais, quais são as especificidades garantidas ou ignoradas para os diferentes contextos escolares como nas escolas das ilhas, quilombolas, indígenas e do campo.
02. Buscar nos PPP destes distintos contextos, suas possíveis aberturas às diversidades (gênero e sexualidade; culturais e étnicas; religiosa; deficiências e inclusão) e a relação destas diversidades e dos conhecimentos tradicionais do local com o currículo.
03. Estudar a metodologia etnográfica a fim de compreender os contrastes culturais e as distintas matrizes simbólicas nestes diversificados contextos e conjunturas, assim como as diferentes formas possíveis de lidar com as leis e diretrizes, ou seja, a vasta diversidade existencial que resulta em distintas formas de agir como sujeitos dos currículos.
04. Compreender a Base Curricular Comum e suas intencionalidades. Investigar a repercussão direta no ensino de Geografia e os possíveis impactos da ausência do ensino de Geografia para alunos e professores.

No que se refere às metodologias, foram elencadas as seguintes possibilidades: trabalhos de campo; rodas de conversa; leitura de documentos; seminários e outras metodologias ativas; elaboração de materiais informativos; cine debates.

Particularmente em relação às rodas de conversa, as mesmas se constituem como uma abordagem que favorece a emancipação de coletivos invisibilizados e excluídos. Considerando que o ato educativo contextualizado se apresenta como um marcador da imersão dos sujeitos no ato de conhecer e transformar a própria realidade, a roda de conversa possibilita a ligação entre questões que, em um primeiro momento podem parecer separadas.

Como metodologia de trabalho são oportunizados encontros dialógicos, possibilitando a produção e ressignificação de saberes sobre as experiências dos partícipes. Fundada na horizontalização das relações de poder, entende a fala como expressão de modos de vida. Assim, trata-se de uma postura ético-política em relação à geração do conhecimento. Assim, o trabalho com as rodas de conversa é fundamental na formação do futuro licenciado em geografia, na medida em que as mesmas diferenciam a construção de um projeto para a comunidade, de um projeto com a comunidade. Diferença essencial na construção de vínculos com as comunidades com as quais os egressos terão contato em suas atuações profissionais.

No que tange à avaliação, foram elencados os seguintes procedimentos: Portfólio (constituído por relatórios formais/informais sobre as saídas de campo; produção textual; participação de espaços/eventos, inclusive ICH, que englobem as temáticas

estudadas) e autoavaliação coletiva.

Aqui cabe um destaque para o processo de autoavaliação coletiva, na medida em que ela é fundada na noção de *parrhesía*, resgatada por Michel Foucault da sociedade Greco-romana. Foucault vê a *parrhesía* como sendo utilizada de diversas formas em diferentes contextos e é entendida como o franco-falar, a franqueza, o dizer-verdadeiro, o tudo-dizer, a liberdade da palavra, entre outras utilizações. Contudo, mais que um termo polissêmico, ele se constitui como uma prática de si, uma atitude ética de um lado e um procedimento técnico de outro. De um modo bastante abrangente a *parrhesía* pode ser considerada como a “abertura que faz com que se diga, com que se diga o que se tem a dizer, com que se diga o que se tem vontade de dizer, com que se diga o que se pensa dever dizer porque é necessário, porque é útil, porque é verdadeiro” (FOUCAULT, 2004, p.440), ou ainda “a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, da maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer (FOUCAULT, 2004, p.440).

Assim, a *parrhesía* se apresenta como uma noção que permite que a verdade seja enunciada – não a verdade como uma meta a ser atingida, uma verdade imposta, mas uma verdade vivida, a verdade como uma ferramenta que permite o deslocamento do sujeito no sentido de sua reconstrução, ou seja, é uma noção que tem a capacidade de problematizar nossa relação com a verdade e, portanto, é um conceito difícil de ser descolado do pensamento sobre a ética e sobre as estéticas da existência.

Dessa forma, utilizando-se dessa noção, cada educando se autoavalia a partir de critérios estabelecidos coletivamente em assembleia e passa a palavra para que o coletivo se coloque diante da sua avaliação de forma franca e responsável. Assim, o conceito – que é algo meramente formal, para atender à institucionalidade – é construído coletivamente, mas o mais importante e enriquecedor é o processo dialógico que se dá em torno das convergências e divergências de percepções sobre o envolvimento do educando nos processos educativos ao longo semestre, dentro e fora de sala de aula. Ou seja, trata-se de um processo avaliativo muito mais rico, na medida em que alcança espaços (estudos na biblioteca ou nas casas dos educandos, por exemplo) que os educadores não abrangem.

Para o módulo em questão, os critérios coletivamente elencados foram: empenho na aprendizagem; protagonismo e autonomia formativa; comunicação; sistematização do conteúdo; contextualização da aprendizagem; compromisso e contribuição com a construção do coletivo; compreensão da integralidade do processo formativo.

Mas, em que medida um processo avaliativo como esse pode contribuir para a formação do futuro licenciado em Geografia? Ora, nosso entendimento é que, para além da avaliação em si, essa prática *parrhesiástica* é entendida também como um princípio educativo. Em uma sociedade na qual os espaços políticos estão cada vez mais esvaziados e/ou restritos a algumas minorias dominantes, problematizar a coragem da prática da *parrhesía*, considerada como a coragem de dizer a verdade

nesses espaços, significa problematizar a verdade enquanto uma força política, voltada a uma atitude limite de enfrentamento e de resistência. Atitude essa não apenas importante para a prática profissional do egresso, mas também e principalmente para a sua atuação cotidiana na sociedade.

4 | CONSIDERAÇÕES

Importante salientar que entre o processo de construção coletiva do módulo e sua efetivação prática encontramos um obstáculo significativo, que foi o grande número de atividades extracurriculares que aconteceram na universidade e fora dela, durante o semestre e que não estavam previstas no cronograma construído coletivamente, mas que em assembleias foram definidas também como importantes na formação dos educandos.

Destacamos duas dessas atividades, não apenas pela importância na formação dos licenciandos, mas por se constituírem como ações que contribuíram para a análise da atual conjuntura, colocando-se como perspectivas contra-hegemônicas. Foram elas:

- *5ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: A Luta dos Povos do Campo no Contexto do Golpe*, no qual o MST denuncia a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa mesma data, em 1996, resultando na morte de 19 trabalhadores Sem Terra. A JURA, que durou todo o mês de abril com diversas atividades, também buscou visibilizar as ações de luta pela terra que o MST realiza durante a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária.

Curso de Extensão Democracia e o Golpe de 2016, que integrou um movimento nacional em defesa da autonomia universitária, iniciado em resposta à reação do Ministério da Educação ao primeiro curso com o tema, lançado pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. O curso ocupou várias sextas-feiras ao longo de todo o semestre com importantes aulas como, por exemplo, a aula magna que tratou do tema *Genealogia Familiar e Política* e o painel *A crise política e legalidade no Brasil: o que está em jogo?*

Nesse sentido, quando retomamos os objetivos específicos ao longo do semestre, o coletivo percebeu que não haveria tempo para adensarmos todos os objetivos elencados. Assim, a opção foi por dividir a turma em grupos que ficariam responsáveis por ministrar uma aula referente a um PPP de uma escola específica (urbana, do campo, quilombola, das ilhas e indígena), a partir dos objetivos elencados.

Apesar das lacunas que, ainda assim, ficaram, a avaliação geral foi positiva, em especial porque foram realizadas duas aulas de campo, sendo uma em uma escola do campo e outra em uma escola quilombola que, juntamente com as aulas em sala, contribuíram para um olhar crítico-reflexivo para os documentos oficiais e para as políticas públicas voltadas à educação.

Nesse sentido, se considerarmos a forma, juntamente com o conteúdo, não temos dúvida da importância de práticas fundadas nos princípios da educação popular (um dos eixos do curso). Afinal, assim como para os zapatistas, no México, o trabalho coletivo não se reduz aos trabalhos ditados hierarquicamente, mas implica toda a dinâmica, desde a tomada de decisões até o produto final, em um processo de resistência, na medida em que constitui a base da construção de novas relações sociais (ZIBECHI; MACHADO, 2017), diferentes das capitalistas.

BIBLIOGRAFIA

BERRÍOS, Franz Coronel; GÓMES, Alejandro Garrido; MALLEA, Javier Paredes; SARUZI-LIMA, Marcelo. **La asamblea em la escuela: hacia una radicalización de la democracia em la educación**. La Paz – Bolívia: Instituto Internacional de Integración. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Marcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP. 2004.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez. 1989.

MARONI, Amnéris. **Psicanálise e ciências sociais: tecendo novos caminhos de pesquisa**. J. psicanal., São Paulo, v. 39, n. 71, p. 231-246, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 jul. 2018.

UFPR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico**. Matinhos. 2008. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf>. Acessado em: 20/06/2018.

UFPR LITORAL. **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia**. Matinhos. 2016. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/10/PPC-Geografia-Vers%C3%A3o-Final-AlteradoCoord-geral-estagio-of-11fev2016-1.pdf>>. Acessado em: 20/06/2018.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

